



Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Ao
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL – CREA RS
Porto Alegre – RS**

Opinião Com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA RS (Entidade), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações da variação patrimonial, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA RS em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Dívida Ativa a Receber – Fragilidade nos controles

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo contábil da Dívida Ativa a receber é de R\$ 13.843 mil enquanto o relatório de controle auxiliar apresenta o saldo de R\$ 10.195 mil, apresentando uma divergência de R\$ 3.648 mil.

Imobilizado e Intangível – Fragilidade nos controles

Os controles mantidos sobre o Ativo Imobilizado e Intangível não garantem que o saldo de R\$ 11.879 mil e R\$ 3.347 mil, respectivamente, líquidos de depreciação e amortização, em 31 de dezembro de 2018, estejam adequadamente apresentados, em razão de divergências entre controle patrimonial e saldos contábeis.

Estudos anuais sobre a vida útil de imobilizados e intangível

A administração da entidade não realizou as análises de vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis, conforme determinado pelo advento da NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado e NBC TSP 08 – Ativo Intangível, devendo ser revisados pelo menos ao final de cada exercício. Consequentemente, não foi possível satisfazer-mo-nos, por meio de outros procedimentos de auditoria, os possíveis efeitos contábeis sobre os saldos de depreciação acumulada e amortização acumulada registrados no ativo não circulante da entidade.



Auditores Independentes

Estudo do Impairment – Imobilizado e Intangível

A administração da entidade, em 31 de dezembro de 2018, não apresentou o estudo para determinar a Redução ao Valor Recuperável de Ativo (*impairment*), conforme requer a NBC TSP 09 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa, não sendo possível estimar os possíveis efeitos patrimoniais e no resultado, caso a entidade tivesse aplicado o referido estudo.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados e emitimos relatório datado de 21/03/2018 com as ressalvas idênticas às apresentadas em 2018 sobre a **Dívida Ativa a Receber – Fragilidade nos controles, Imobilizado e Intangível – Fragilidade nos controles, Estudos anuais sobre a vida útil de imobilizados e intangível, Estudo do Impairment – Imobilizado e Intangível** e, ainda, sobre Créditos a Receber.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Auditores Independentes

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; e



JK

Auditores Independentes

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2019.

Rosenara dos Santos Chagas

JK AUDITORES S/S LTDA

CRC/RS – 007.358/0-5

ROSENARA DOS SANTOS CHAGAS

CRC/RS-070178-O-3

Responsável Técnica